

PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL DAS CIDADES: ESTUDO DO USO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO JARDIM SOFIA, JOINVILLE-SC

Defesa:

28 de abril de 2005

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mônica Lopes Gonçalves (Orientadora)

Prof. Dr. Rodrigo Berté (Membro Externo)

Profa. Dra. Nelma Baldin (Membro interno)

Resumo:

O processo migratório e a busca por melhores condições de vida têm levado contingentes populacionais a fixar-se nas periferias dos grandes centros urbanos. A maneira como têm se fixado, associada a legislações muitas vezes pouco claras e a falta de fiscalização por parte dos órgãos públicos, tem promovido assentamentos populacionais que, se não agredem ao meio ambiente, pelo menos nada fazem ou nada contribuem para reduzir os processos de degradação ambiental, muitas vezes provocadas por essas mesmas populações. Neste trabalho, envolvendo o Planejamento e Gestão Ambiental das Cidades, tendo como recorte o estudo do Uso e Ocupação do Bairro Jardim Sofia, Joinville-SC, objetivou-se analisar o uso e ocupação do bairro, avaliar e quantificar as taxas de ocupação dos lotes urbanos e sua relação com a ocorrência de enchentes e/ou erosões; avaliar o nível de percepção dos riscos ambientais por parte da população, principalmente aquela mais sujeita a riscos de alagamento e inundação; comparar diferentes Planos Diretores Municipais de várias cidades, relacionando-os quanto às questões de proteção de encostas e áreas sujeitas as enchentes, e, propor Termo de Referência para subsidiar a elaboração de Planos Diretores Municipais. Para se chegar ao resultado final, confrontou-se resultado obtido nas entrevistas com os moradores do bairro e com os comerciantes da região, a fim de se avaliar o grau de entendimento dessa população sobre as questões relacionadas à Percepção de Riscos. A partir daí, redigiu-se uma proposta de Termo de Referência, a ser aplicado na elaboração de futuros Planos Diretores Urbanos, em demais municípios. Verificou-se que não há uma relação direta entre a ocorrência das enchentes e as taxas de ocupação do solo, mas sim, e tão somente, uma inadequação da ocupação do local, e como fator contributivo o constante assoreamento do leito do rio, diminuindo sua calha de vazão. Quanto ao grau de percepção dos riscos, a população, desinformada inclusive pelos Órgãos Públicos, não tem como se precaver das ocorrências de enchentes e de erosões, passando a contribuir, não intencionalmente, para as ocorrências, seja porque desmata encostas ou realiza cortes nos taludes deixando-os sem estabilidade natural, seja porque termina por assorear o rio, lançando nele toda a sorte de resíduos. Por fim, viu-se que quanto à questão do Plano Diretor, esse precisa ser urgentemente adequado em uma série de pontos, deixando claro para a população o que pode e o que não pode ser feito. Da forma como muitos de seus capítulos são redigidos, deixando a cargo de grupos de trabalho ou de repartições a solução para os problemas, não fica claro para a população o que não deve ser efetivamente feito.

Palavras chave: Planejamento e Gestão Ambiental; Plano Diretor das Cidades; Termo de Referência para a elaboração de Planos Diretores.